



O texto como objecto empírico: consequências e desafios para a lingüística

Maria Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa)

RESUMO: Este artigo analisa a relação entre textos e géneros de texto, integrando contributos da lingüística textual, do interaccionismo sócio-discursivo e da semântica textual. Entendidos os textos como objectos empíricos e como sistemas complexos, procura-se equacionar as consequências e os desafios que daí advêm para o trabalho em lingüística e pretende-se demonstrar – através de algumas breves análises – alguns aspectos da relação entre géneros de texto e tipos de discurso.

Palavras-chave: Texto; género de texto; parâmetros de género; tipos de discurso

Introdução

Parece hoje largamente consensual, no âmbito dos estudos lingüísticos sobre os textos e os discursos, a insuficiência da noção de texto como unidade meramente superior à frase: o balanço dos contributos do último quartel do século XX, nesta matéria, sobrepôs aos projectos generativistas de gramáticas de texto as orientações que evidenciaram a impossibilidade de dissociar os textos de factores como a *situacionalidade* e a *função comunicativa*¹. É este o ponto de vista que assume Jean-Michel Adam, ao sublinhar como a lingüística do texto evoluiu, de uma disciplina com exigências e ambições de ordem logico-gramatical, para uma pragmática de âmbito textual²:

Dès que le texte a été défini comme une "occurrence communicationnelle" – par exemple, au chapitre 1 de R. A. de Beaugrande et W.U. Dressler (1981)-, **la linguistique textuelle est devenue une sorte de pragmatique textuelle** (ci-après, chap. 5) et elle s'est considérablement rapprochée du champ de l'analyse de discours. Dès le début des années 1980, la linguistique textuelle ajoute à l'observation des faits cotextuels de texture et de structure, celle de l'intentionnalité et de l'acceptabilité du texte, c'est-à-dire un jugement de pertinence contextuelle. De cette façon, **la linguistique textuelle se sort du piège logico-grammatical de la décontextualisation qui marque ses origines.** (ADAM, 1999, p. 41, sublinhados meus)

Este posicionamento não anula a oposição que o autor estabelece pouco antes entre lingüística do texto e análise textual, a propósito de duas concepções diferentes, e co-existentes, de texto: como objecto abstracto e como objecto empírico. O primeiro, constituído por fenómenos micro e macro lingüísticos, é tido como objecto das gramáticas de texto ou, em versão mais actualizada, da lingüística textual, enquanto o segundo, assumido como unidade de interacção que resulta sempre de um acto de enunciação, será objecto de análise textual: "Chaque texte se présente comme un énoncé complet, le résultat toujours singulier d'un acte d'énonciation. C'est, par excellence, l'unité de l'interaction humaine." (ADAM, 1999,



p. 40). Esta distinção levanta algumas dúvidas – sobretudo quando confrontada com a perspectiva atrás apontada. Qual a relação entre a linguística do texto de que aqui se fala, centrada no texto como objecto (meramente) linguístico, e a linguística do texto entendida como pragmática textual, a que atrás nos referimos? Ou qual a relação entre a pragmática textual (entendida como uma linguística do texto não confinada a fenómenos linguísticos descontextualizados) e a análise textual que aqui se propõe?

Sem nos fixarmos propriamente sobre um debate em torno das disciplinas do texto (ou das fronteiras dessas mesmas disciplinas), procuraremos nas páginas seguintes apresentar uma concepção unificada do objecto texto. Entendendo-o como objecto empírico e como sistema complexo, mostraremos que a multiplicidade de factores em interacção não se esgota na análise linguística – equacionando, por essa mesma razão, as consequências e os desafios que daí advêm para o trabalho em linguística.

1. O texto – objecto empírico e sistema complexo

Admitamos – na sequência, aliás, de trabalhos já clássicos como, por exemplo, *Cohesion in English* (HALLIDAY & HASAN, 1976) – que toda a produção linguística se manifesta sob forma de texto. Os textos são, deste ponto de vista, o único material a que tem acesso o observador – ou, por outras palavras, os objectos empíricos à disposição do linguista.

A este primeiro aspecto, que não costuma ser visto como problemático, pode no entanto acrescentar-se uma orientação epistemológica fundamental – exposta em Coutinho (2003) e aqui claramente assumida. É que, ao tomar-se o texto como objecto empírico, aceita-se também lidar com a complexidade que lhe é inerente – na medida em que a complexidade caracteriza os objectos naturais, assim chamados por oposição aos objectos forjados laboratorialmente ou por abstracção teórica. Esta posição pode considerar-se radicalmente oposta à que tradicionalmente tem sido defendida em linguística e que, de uma forma mais geral, corresponde a um dos pressupostos mais caros ao modelo de racionalidade científica moderna: a necessidade de estabelecer reduções metodológicas que visam limitar o número de factores em interacção, tornando assim viável a capacidade de fazer previsões exactas³. Se as ciências sociais se esforçaram por obedecer a esse pressuposto, herdado das ciências naturais, não deixa de ser curioso que venha a ser no interior das últimas que ele se veja mais profundamente abalado. Veja-se em particular, no campo da física, as investigações de Ilya Prigogine: a descoberta de estruturas macroscópicas de não equilíbrio, para as quais deixa de funcionar o segundo princípio da termodinâmica (segundo o qual a evolução de um sistema tendia necessariamente para um estado estacionário), puseram radicalmente em causa as concepções clássicas de determinismo e reversibilidade, colocando em primeiro plano “fenómenos de instabilidade, de bifurcação, de temporalização” (PRIGOGINE, 1990, p. 216) – que, na história de um sistema, o fazem evoluir num processo de auto-organização.



Não havendo aqui condições para desenvolver, de forma exaustiva, a problemática dos sistemas complexos, limitar-nos-emos a retomar a perspectiva desenvolvida em Bernárdez, 1995 – e já trabalhada em Miranda & Coutinho, 2005 – no que diz respeito, especificamente, aos textos. Assumimos assim, na sequência daquele autor, que os textos funcionam como sistemas complexos – isto é, sistemas dotados de dinamismo e abertura, formados por diferentes subsistemas interactivos, que variam com o tempo e cuja dinâmica interna se altera pela influência recebida do exterior. De acordo com Bernárdez (1995), estas características – complexidade, dinamismo e abertura – são válidas para o acto de comunicação, para a produção e a recepção textuais (enquanto dimensões constitutivas da comunicação) bem como para o próprio texto. Como frisa o autor, um sistema é complexo não apenas pela quantidade de elementos (ou subsistemas) que envolve mas, sobretudo, pelas interações entre esses elementos.

Tendo em conta o que acaba de ser exposto, interessa sublinhar a que tipo de análise se pode (coerentemente) sujeitar o texto empírico: trata-se de o compreender, e não de o reduzir para o (poder) descrever – ou para o dominar. A dificuldade de predizer ou descrever um texto com precisão absoluta não é assim (necessariamente) sentida como um défice da análise mas, fundamentalmente, como uma contingência epistemológica (ou, se preferirmos, como uma contingência do próprio objecto). O que não pode iludir a consciência de uma nova dificuldade: "o problema já não consiste hoje em reduzir a complexidade ou em evitá-la, mas em procurar os meios para a descrever" (PRIGOGINE & STENGERS, 1993, p. 109). Nem escamotear o emergir de dúvidas específicas. Como descrever a complexidade? Que interações privilegiar? Segundo que critérios? De que instrumentos de análise dispomos para tal? Questões metodológicas como estas mostram que, em última análise, a complexidade será sempre reduzida ou simplificada. Mas a diferença radical – e certamente surpreendente – tem a ver com o facto de essa simplificação não ser estabelecida por redução metodológica mas em termos de invenção circunstanciada, como sugerem Prigogine & Stengers:

A modelização implica, pois, a simplificação como uma arte, e não como um método: sempre necessária, mas sempre por inventar em função das circunstâncias. A modelização já não pode ser uma maneira de proceder generalizadora, mas exige uma familiaridade concreta com o problema. (PRIGOGINE & STENGERS, 1993, p. 109)

Admitimos que os géneros de texto assumam um papel fundamental na regulação das múltiplas possibilidades de interacção que acolhem os textos empíricos (cf. MIRANDA & COUTINHO, 2005). No contexto do presente trabalho limitar-nos-emos a mostrar alguns aspectos da relação entre géneros de texto e tipos de discurso – noções que desenvolveremos na secção seguinte.

2. Textos, géneros de texto e tipos de discurso

Embora duplamente associada à herança aristotélica (da Retórica e da Poética), a categoria do género viu-se tradicionalmente confinada aos estudos literários – e é com Bakhtine (BAKHTINE, 1984) que, voltando a relacionar-se com a



diversidade das práticas sociais, assume destaque em linguística. De forma sintética, pode dizer-se que, para aquele autor, a noção de *género* dá conta de regularidades das produções linguísticas (ou "enunciados"), de acordo com os contextos de produção (ou "esferas de actividade") a que estão associadas: "chaque sphère d'utilisation de la langue élabore ses types relativement stables d'énoncés, et c'est ce que nous appelons les genres du discours." (BAKHTINE, 1984, p. 265). Sem nos determos nas razões que determinam a opção conceptual/terminológica entre géneros de/do discurso ou géneros de texto⁴, assumiremos aqui a última – analisando brevemente as convergências e divergências das propostas mais significativas nesta matéria.

Um dos nomes que importa reter é o de François Rastier que sustenta, pelo menos desde 1989, no âmbito do que designa como semântica textual, a importância do *género* nas tarefas de produção e de interpretação de textos – que considera irreduzíveis a uma organização meramente linguística, para a qual bastaria o sistema linguístico utilizado (RASTIER, 1989, p.37). Sublinhando antes o uso da língua como actividade social, o autor considera que qualquer situação de comunicação é determinada por uma prática social e que a cada prática social está associado um conjunto de usos linguísticos a que chama *discurso* (o discurso médico ou o discurso religioso, por exemplo). Cada discurso compreende um certo número de géneros, que correspondem à diferenciação de práticas no quadro de uma prática social (por exemplo, o resumo de observação, o artigo científico e a carta ao colega, no quadro do discurso médico)⁵. Veja-se, a título de exemplo, o caso da *conversa* ("*conversation*"): como o autor sublinha, não se trata de um género único, uma vez que dispomos de múltiplos géneros conversacionais associados a práticas sociais diferentes (RASTIER, 2001, p. 228). Retenha-se, em jeito de síntese, a definição de texto proposta: "un texte est une suite linguistique empirique attestée, produite dans une pratique sociale déterminée, et fixée sur un support quelconque." (RASTIER, 2001, p. 21)

Também na perspectiva do interaccionismo sócio-discursivo proposto por Jean-Paul Bronckart (BRONCKART, [1997]1999), os textos não poderiam ver-se reduzidos a uma mera produção linguística – sendo fundamentalmente entendidos como representantes empíricos das actividades (actividades gerais/actividades de linguagem) em que acontecem⁶. Nessa mesma medida, a produção de qualquer texto mobiliza a representação que o sujeito tem do contexto de acção e o seu conhecimento efectivo de diferentes géneros – 'formas comunicativas' elaboradas pela actividade de gerações precedentes e sincronicamente disponíveis, em termos de *arquitexto*⁷, como instrumentos ou modelos que, no dizer de Bronckart, se apresentam aos utentes da língua sob a forma de nebulosa (onde coexistem géneros estabilizados e conjuntos de textos sem fronteiras fixas ou nítidas). Qualquer texto se inscreve assim num género, que a avaliação da situação retém como mais adequado, de entre o conjunto de géneros disponíveis (ou de entre as possibilidades identificadas, dado que, pelo carácter fundamentalmente histórico das produções textuais, os géneros de texto se organizam de forma vaga e instável). Tomando ainda em conta, relativamente à diversidade das línguas, a especificidade do sistema linguístico em causa, pode sublinhar-se que a produção textual (enquanto acção de linguagem, nos termos de Bronckart) resulta de um funcionamento em interface, articulando o conhecimento da situação, o



conhecimento do sistema (maleável) dos géneros de texto e o conhecimento da língua (BRONCKART, [1997] 1999, p. 108).

O balanço das perspectivas apontadas permite evidenciar, desde já, a necessária interdependência entre o texto concreto (tal como circula em sociedade), a categoria *género* de que participa necessariamente (de forma mais dependente ou mais livre) e a prática ou actividade em que ambos se enquadram. Convém no entanto prestar uma atenção particular ao uso do termo *discurso*. Rastier entende os discursos numa perspectiva próxima da que é assumida no quadro da análise de discurso (de linha francesa) – como já atrás se viu, e como pode rapidamente mostrar a definição proposta: "ensemble d'usages linguistiques codifiés attaché à un type de pratique sociale" (RASTIER, 2001, p. 298). Sublinhando a inoperacionalidade de uma expressão como *prática discursiva* (uma vez que a língua se manifesta sempre como prática), Bronckart prefere falar em *actividade de linguagem* (que admite como sinónimo do uso corrente do termo *discurso*) – reservando no entanto um destaque particular para a noção de tipos de discurso, a que atribui um sentido específico (cf. BRONCKART, 2004a, p. 102). Tratando-se de segmentos de texto em que se elaboram mundos discursivos específicos, são identificáveis pelas unidades linguísticas que neles ocorrem – isto é, por unidades que fazem parte de um 'pacote' de possibilidades de ocorrência. É essa regularidade linguística que torna viável a tipificação, assumindo-se assim os tipos de discurso, em número limitado e dotados de estabilidade linguística, como tipos linguísticos semiotizados no quadro de uma determinada língua natural – a distinguir dos *géneros de texto*, entendidos como unidades comunicativas globais, que resistem a qualquer inventariação que se pretenda estável e não se deixam identificar (exclusivamente) por características linguísticas (cf. BRONCKART, [1997]1999, p.138). Os tipos de discurso são definidos no cruzamento de duas ordens de factores: *conjunção / disjunção* relativamente às coordenadas da situação de produção, o que define a ordem do *narrar*, *implicação / autonomia* entre, por um lado, as instâncias de agentividade verbalizadas e, por outro, o agente produtor e a situação de produção, estabelecendo a ordem do *expor*. Temos assim quatro tipos de discurso (que não são necessariamente estanques), como mostra o quadro seguinte⁸:

Quadro 1

		Coordenadas gerais dos mundos	
		Conjunção	Disjunção
Relação com o acto de produção		EXPOR	CONTAR
		<i>Discurso interactivo</i>	<i>Relato interactivo</i>
Implicação	Autonomia	<i>Discurso teórico</i>	<i>Narração</i>

No quadro da análise linguística, os tipos de discurso assumem um destaque particular – que já lhes atribuí, de resto, o interaccionismo sócio-discursivo. Como mostra Bronckart, os tipos de discurso – ou as formas linguísticas que os atestam – constituem a materialidade linguística de que se fazem os textos, qualquer que seja o género a que estão associados:



Qualquer que seja o género a que pertençam, os textos, de fato são constituídos, segundo modalidades muito variáveis, por segmentos de estatutos diferentes (segmentos de exposição teórica, de relato, de diálogo, etc.). E é unicamente no nível desses segmentos que podem ser identificadas regularidades de organização e de marcação lingüísticas." (BRONCKART, [1997] 1999, p. 138)

A impossibilidade de uma análise de texto que faça economia da categoria *género* parece apontar, no entanto, para uma eventual modalização do posicionamento assumido na citação imediatamente anterior. Com efeito, parece legítimo pensar que a emergência de um ou outro tipo de discurso não seja necessariamente aleatória – e que, a ser eventualmente suscitada por constrangimentos próprios da actividade em causa, eles tenham reflexo na formatação (relativamente estável, como já sabemos) do género de texto. Esta mesma perspectiva foi já objecto de análise, aplicada a artigos didácticos e artigos científicos do português europeu contemporâneo. Face à predominância do *discurso teórico*, nos dois casos, procurou-se verificar as condições de emergência do *discurso interactivo*, tendo a análise evidenciado uma distinção significativa: se em ambos o discurso interactivo aparece associado ao produtor/investigador (que formula hipóteses, discute pontos de vista e gere o espaço do texto), esses segmentos tendem a ocorrer, nos textos científicos, em momentos-chave do plano de texto, como a abertura e a conclusão de unidades macroestruturais (cf. COUTINHO, 2004).

Admitimos assim que os tipos de discurso possam ter um papel relevante como parâmetros de género – noção de que nos ocuparemos a seguir.

3. Parâmetros de género

Como já atrás se viu, verifica-se uma estreita interdependência entre o texto concreto (tal como circula em sociedade), a categoria *género* de que participa necessariamente (de forma mais dependente ou mais livre) e a prática ou actividade em que ambos se enquadram. Consideramos central, deste ponto de vista, a categoria género – admitindo que ela permite lidar, de forma controlada, com a dupla dimensão accional e lingüística dos textos⁹. Nesse sentido propusemos, em trabalhos anteriores, a distinção entre *parâmetros de género* e *mecanismos de realização textual*¹⁰: os primeiros correspondem a possibilidades e/ou impossibilidades, relativas aos diferentes níveis organizacionais, que estabelecem a identidade do género e, como tal, regulam as tarefas de produção e de interpretação de um texto concreto; os segundos dão conta das opções particulares dos textos efectivamente produzidos, face aos parâmetros do género. Interessa sublinhar que a noção de parâmetros de género não pretende, de forma nenhuma, rigidificar a análise dos géneros de texto – que, por definição, são maleáveis, mudando com o tempo e com as práticas sociais (colectivas e/ou individuais); trata-se sobretudo de captar os factores que definem a (relativa) estabilidade de cada género, na (relativa) estabilidade (social e epocal) da actividade a que está associado.

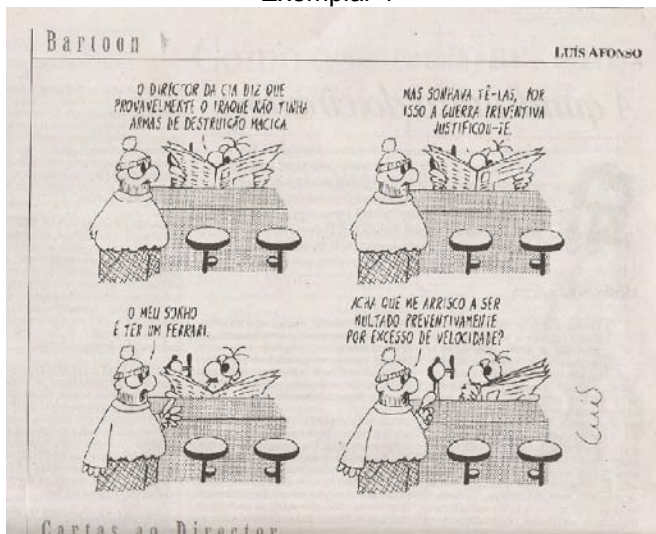


Fundamentalmente, podemos dizer que a noção de parâmetros de género é a contrapartida de um ponto de vista insistentemente defendido por François Rastier, ao opor a textualidade e a tradicional ideia de "boa formação textual" a uma formatação própria de cada género:

Nous n'évoquons pas ici de traits structurels qui définiraient la textualité en soi, et nous ne postulons pas d'universaux textuels, (...). Certains genres régissent des textes composés d'une phrase, d'un mot, d'une énumération; et de nouvelles pratiques sociales peuvent demain susciter des genres aujourd'hui imprévisibles; s'il existe des règles de bonne formation, elles restent relatives aux genres, non à la textualité. (RASTIER, 2001, p. 22)

Limitar-nos-emos aqui a ilustrar as noções em causa – recorrendo ao papel do não verbal em textos de imprensa (tal como analisado em MIRANDA & COUTINHO, 2005). A presença de unidades não verbais é previsível (mas não obrigatória) em diversos géneros de imprensa – cabendo-lhes, frequentemente, um lugar periférico e uma função secundária¹¹. No caso dos *cartoons*¹², pelo contrário, presença de unidades não verbais constitui um parâmetro do género – tornando-se pertinente a análise da interacção entre o não verbal e o verbal (quando este ocorre). Se a ocorrência do não verbal constitui um parâmetro do género cartoon, os textos efectivamente produzidos fazem escolhas diferenciadas, no que diz respeito à forma de realizar esse parâmetro. Assim, e apesar de obrigatório, o não verbal pode desempenhar no cartoon uma função de suporte, como é o caso do Exemplar 1 (Figura 1)¹³, em que o discurso interactivo (organizado em sequência dialogal) estrutura, por si só, o conteúdo temático. No limite, poderíamos ter o mesmo diálogo sem imagens – mas estaríamos então, provavelmente, face ao género próximo que é a anedota. Pelo contrário, no Exemplar 2¹⁴ (Figura 1), o não verbal e o verbal estão intrinsecamente associados e, apesar da desproporção entre ambos, nenhum deles pode ser dispensado para obter um comentário equivalente.

Exemplar 1



Exemplar 2





Figura 1

Na secção seguinte retomaremos a noção de discurso interactivo, analisando algumas das possibilidades de funcionamento, como parâmetro de género e como mecanismo de realização textual, em géneros da publicidade.

3. O discurso interactivo – exemplos e problemas

Pela frequência e insistência com que lidamos (mesmo que involuntariamente) com textos publicitários, podemos sem dificuldade dizer que ocorrem com frequência formas verbais no imperativo, pronomes deícticos, sobretudo de segunda pessoa, e deícticos temporais (*já, agora, imediatamente*, etc.). É o que se pode ver num dos segmentos da Figura 2 (último segmento da secção do lado direito, inscrita na porta da frente do táxi):



Figura 2

Se no conjunto desta secção podemos verificar a ocorrência de discurso interactivo, a verdade é que não têm ambos o mesmo estatuto de "normalidade" ou de previsibilidade. No primeiro caso ("Deixe-me ali na Tailândia, se faz favor"), o discurso interactivo surge em resposta a um conjunto de estratégias de produção do anúncio publicitário, aqui muito habilmente articuladas. Por um lado, a necessidade de "falar" como o destinatário: o destinatário mais provável, ou mais imediato, será alguém à procura de táxi; e esse alguém reconhecerá uma expressão praticamente fixa no português europeu contemporâneo, associada à acção de apanhar um táxi ("deixe-me ali na rua.../ avenida... / esquina ..."). Simultaneamente, a conveniência de relacionar conteúdo temático e suporte, conseguindo através dessa relação



associar um efeito de realismo (uma viagem tão banal como a de um breve percurso de táxi) ao que se representa como sonho do destinatário (uma viagem à Tailândia). O discurso interativo surge aqui, portanto, como um recurso estratégico – isto é, como um mecanismo de realização textual de parâmetros do género, no que diz respeito a factores contextuais (representação dos destinatários, intenções e finalidades) – sendo que os supostos deícticos só funcionam, de facto, como encenação (deíctica). Pelo contrário, o segundo caso ("Consulte o seu Agente de Viagens") corresponde efectivamente a um segmento de discurso interativo – podendo sublinhar-se o valor de simultaneidade que, na ausência de qualquer marca que estabeleça a disjunção temporal, se impõe como associado à ocorrência do imperativo. O implícito é também sustentado pela representação que o produtor do texto tem, relativamente ao conhecimento do destinatário, em matéria de publicidade e de promoções: só se a interpretação mais evidente (Consulte [agora / já] o seu Agente de Viagens não fosse a desejada é que se imporia marcar uma interpretação alternativa (Consulte [para o ano / um dia / quando lhe apetecer] o seu Agente de Viagens).

O confronto com os dois textos propostos na Figura 3 levanta, no entanto, algumas questões. Em primeiro lugar, admitimos estar perante um género de texto diferente – que designamos por publicidade no local de venda (e que distinguimos da publicidade, ou do anúncio publicitário, que tem por trás uma máquina de marketing). Para além de outros aspectos que poderiam ser objecto de análise¹⁵, interessa aqui destacar a ocorrência do discurso interativo – numa modalidade forte, se assim se pode dizer. No exemplo anterior, as

Exemplar 1



Exemplar 2





Figura 3

formas deícticas de pessoa remetem para qualquer entidade que possa pontualmente (de passagem) assumir o estatuto sociosubjectivo de destinatário – como se verifica também, aliás, no exemplar 1 da Figura 3, a propósito do deíctico-possessivo implícito no grupo nominal *casa* (Vou a [sua] casa repará-los). Mas nos dois casos da Figura 3 ocorrem formas deícticas de primeira pessoa que remetem inequivocamente para os agentes produtores ("Vamos"; "Não tenho...", "vendo...") – entidades singulares, que assumem esse mesmo estatuto sociosubjectivo. Se o discurso interactivo parece fazer parte dos parâmetros dos dois géneros em análise, os textos sugerem a necessidade de estabelecer recortes mais específicos no interior desse tipo de discursivo. Admitimos assim que o discurso interactivo se apresente preferencialmente centrado na segunda pessoa, no caso do anúncio publicitário, enquanto a publicidade no local de venda aceita sem problema – se é que não privilegia – uma focalização de primeira pessoa. Para além disso, constata-se ainda, curiosamente, uma impressão de maior "normalidade" no Exemplar 1 do que no Exemplar 2 (da Figura 3). Por que razão? Em nosso entender, isso deve-se à ocorrência de uma asserção negativa, no Exemplar 2 – o que parece à partida longe das previsibilidades de género. Com efeito, a publicidade no local de venda partilha com outros géneros associados à actividade publicitária, uma intenção fundamental: promover (a qualquer custo!) o produto que se oferece. É verdade que nos ocorrem imediatamente contra-exemplos tão prototípicos como " Não perca esta oportunidade"; mas em casos como estes, a conjugação entre o valor axiológico negativo da unidade lexivcal e a asserção negativa resultam num efeito argumentativo de valor positivo (do tipo [verá que vai ganhar]). O exemplar 2 da Figura 3 atesta claramente um caso de adaptação do género, que funciona como que por resistência, ou em contra-corrente, ao que é dominante (todos sabemos que, em época de saldos, toda a gente tem saldos) – através do recurso à negação (polémica ou metalinguística?¹⁶), que põe em cena, dialogicamente, esse mesmo ponto de vista dominante: [Saldos. / Saldos? Tem saldos?]. Se apesar disso não há qualquer dúvida sobre a intenção publicitária do texto, é porque a estranheza da asserção negativa é recuperada pelo segmento que se lhe segue – em qualquer uma das das interpretações possíveis, na ausência de marcas explícitas de justificação, explicação ou argumentação:

- Não tenho saldos [PORQUE – justificação] Vendo tudo muito barato (paráfrase: a razão pela qual digo que não tenho saldos é: Vendo tudo muito barato);
- Não tenho saldos [PORQUE – explicação] Vendo tudo muito barato (paráfrase: o motivo pelo qual não tenho saldos é: Vendo tudo muito barato);
- Não tenho saldos (argumento); [PORTANTO – conclusão, ordem progressiva] Vendo tudo muito barato;
- [PORTANTO – conclusão, ordem regressiva] Não tenho saldos; Vendo tudo muito barato (argumento).

Conclusão



As análises brevemente esboçadas pretendem sobretudo ilustrar um vasto campo de trabalho. Numa formulação talvez provocatória, diríamos que já não se trata, hoje, de passar da descrição (fonológica, morfológica, sintáctica ou semântica) para o discurso, mas de dar conta da forma como se desdobram e (tendencialmente) se distribuem os tipos discursivos, no interior de géneros de texto diversificados – "Aussi, plutôt que d'une linguistique du texte, nous avons besoin d'une linguistique tout court, qui fasse droit à tous les paliers de complexité de son objet (...)" (RASTIER, 2001, p. 9).

Abstract: This paper aims at analyzing the relation between texts, genres of texts and types of discourse – integrating contributions from textual linguistics, socio-discursive interactionism and textual semantics. Defining texts as empirical objects and as complex systems, we will be looking for consequences and challenges to be assumed in linguistic work. Some brief analyses provide evidence for those aspects.

Key words: Text; Text genres; Genre parameters; Types of discourse

Notas explicativas:

¹ Cf. Schmidt ([1973]1978), Beaugrande (1980), Beaugrande & Dressler (1981).

² Seria certamente oportuno confrontar este ponto de vista com o de François Rastier, que lembra a oposição entre duas grandes problemáticas, na história das idéias linguísticas: a que corresponde à tradição logico- gramatical que, assumindo a linguagem como meio de representação, privilegia questões de verdade e de referência; e a tradição retórica-hermenêutica que, entendendo a linguagem como comunicação, se dedica às condições de produção e de interpretação dos textos e dos discursos (RASTIER, 2001, p.7)

³ Trata-se de um novo paradigma – o paradigma da complexidade – relativamente ao que caracterizou a ciência clássica, que Morin designa como “paradigma de simplificação”: simplificação por redução da complexidade do real a descrever/analisar, simplificação por disjunção quer do real, reduzido a parcelas sem relação entre si, quer da ciência que, para dar conta dessas mesmas parcelas, envereda pela (hiper)especialização (MORIN, 1982, p. 272-3).

⁴ Para o desenvolvimento desta questão, pode-se consultar Bronckart ([1997]1999); Bronckart (2004a); Coutinho (2005).

⁵ Confronte-se a definição do glossário: "Genre: programme de prescriptions (positives et négatives) et de licences qui règlent la production et l'interprétation d'un texte. Tout texte relève d'un genre, et tout genre, d'un discours. Les genres n'appartiennent pas au système de la langue au sens strict, mais à d'autres normes sociales." (RASTIER, 2001, p.299).

⁶ As actividades de linguagem contribuem, em termos de planificação, regulação e avaliação, para a realização das actividades gerais, de ordem antropológica e/ou social. (BRONCKART, 2004a, p.100-101).

⁷ Em Bronckart (1999) falava-se de *intertexto*, mas o autor optou posteriormente por reservar este termo para as diversas formas de recurso a outros textos, designando como *arquitexto* essa espécie de memória textual. (BRONCKART, 2004a, p.105).

⁸ Para uma apresentação desenvolvida dos tipos de discurso, veja-se Bronckart ([1997]1999, cap. 5).

⁹ Sublinhe-se que, ao referirmo-nos aqui à dimensão accional dos textos, não focalizamos uma orientação pragmática (na linha da teoria dos actos de fala ou da teoria de pertinência) mas sim, de uma forma mais geral, toda a problemática do *agir* (implicando intenções e motivações mobilizadas em termos colectivos e ao nível das pessoas singulares) – tal como vem sendo desenvolvida no quadro do interaccionismo socio-discursivo. (cf. BRONCKART, 2004b).

¹⁰ As noções referidas fazem parte da investigação desenvolvida no âmbito do GETOC (Géneros textuais e organização do conhecimento), sub-projecto da Linha de Investigação nº5 do Centro de



Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL); a investigação em causa foi apresentada oralmente no âmbito do 15º InPLA (cf. COUTINHO et al. 2005), estando em preparação a respectiva publicação.

¹¹ É o que se passa com a (pequena) fotografia que corrobora o nome do colunista, em textos de opinião, mas pode ser também o caso das fotografias de pessoas entrevistadas, de objectos, pessoas ou locais tematizados, em notícia ou reportagem, ou ainda o da reprodução de pormenores (de cenas, de artistas, de capas de DVDs, etc.), em secções de programação e/ou de crítica televisiva e cultural. Em casos como estes, a imagem desempenha sobretudo uma função – dialógica – de facilitação de leitura (reconhecimento/identificação de determinada figura, quebra no trabalho de leitura, amenização da mancha da página, etc.).

¹² Em Portugal não se observa a distinção estabelecida no Brasil entre *cartoon* e *charge*.

¹³ Cartoon de Luís Afonso, publicado no jornal Público, 8 de Fevereiro de 2004.

¹⁴ Cartoon de Luís Afonso, Pública (suplemento dominical do jornal Público), 24 de Julho de 2005.

¹⁵ Em Coutinho (2002), foi analisada a forma anafórica em ocorrência: o facto de a ausência de antecedente linguisticamente expresso não ser sentida como irregular é, evidentemente, um consequência associada às características do género em análise.

¹⁶ De acordo com a concepção de Ducrot, a negação polémica distingue-se da negação metalinguística: a primeira opõe-se a um ponto de vista (posto em cena por um enunciador) que pode não corresponder a um discurso efectivo, ao passo que a segunda se opõe a um discurso produzido; uma e outra distinguem-se da negação descritiva. Cf. Ducrot (1984, p. 216-218).

Referências

- ADAM, J.-M. *Linguistique Textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.
- BAKHTINE, M. *Esthétique de la création verbale*, Paris: Gallimard, 1984.
- BEAUGRANDE, R. de. *Text, Discourse and Process. Toward a multidisciplinary science of texts*. London: Longman, 1980.
- BEAUGRANDE, R. & DRESSLER, W. *Introduction to textlinguistics*. London: Longman, 1981.
- BERNÁRDEZ, E. *Teoría y epistemología del texto*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995
- BRONCKART, J.-P. Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique. *Langages*, nº153, 2004a. p. 98-108.
- BRONCKART, J.-P. Le langage comme agir et l'analyse des discours. In BRONCKART, J.-P. et Groupe LAF (eds). *Agir et discours en situation de travail*. Cahier de la Section des Sciences de l'Education nº 103, 2004b. p. 67-87.
- BRONCKART, J.-P. *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1997 (trad. portuguesa: *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999. Tradução de Anna Rachel Machado).
- COUTINHO, M. A. Para uma linguística dos géneros de texto. *Diacrítica* 19/1. 2005. p. 73-88.
- COUTINHO, M. A. A ordem do expor em géneros académicos do português europeu contemporâneo. *Calidoscópio* 2 (2), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004. p. 9-15.
- COUTINHO, M. A. *Texto(s) e competência textual*. Lisboa, FCG / FCT. 2003.
- COUTINHO, M.A. Textos exemplares – ou os desastres da teoria. *Actas do XVII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2002. pp. 139-148.



-
- COUTINHO, M. A. et alii. Parâmetros de género e mecanismos de realização textual: aspectos teóricos. Comunicação apresentada no Simpósio *O interaccionismo sociodiscursivo em construção: desafios e posicionamentos*. 15º InPLA, PUC-SP, São Paulo, 2005.
- DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Les Editions de Minuit, 1984.
- HALLIDAY, M. A. K. & R.HASAN. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976.
- MIRANDA, F. & M. A. COUTINHO. Géneros de texto e formas de interacção. *Actas do Colóquio Internacional Linguagem e Interação* (Unisinos, S. Leopoldo / Brasil). Publicação em CD-Rom. 2005.
- MORIN, E. *Science avec conscience*. Paris: Ed. Fayard, 1982.
- PRIGOGINE, I. “O Homem e a Natureza”, *Balanço do Século*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990. p. 191-216.
- PRIGOGINE, I. & I. STENGERS. *Simples / Complexo*, *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993. p. 98-111.
- RASTIER, F. *Sens et textualité*. Paris: Hachette, 1989.
- RASTIER, F. *Arts et sciences du texte*. Paris: P.U.F., 2001.
- SCHMIDT, S. J. *Texttheorie. Probleme einer Linguistik der Sprachlichen Kommunikation*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1973 (trad. Castelhana: *Teoría del Texto. Problemas de una lingüística de la comunicación verbal*. Madrid: Catedra, 1978).